

Boletim

Nº 1.947 - Ano 42 - 4 de julho de 2016

ONDE A CIDADE TERMINA

Estudo que recebeu menção honrosa no Grande Prêmio UFMG de Teses discute a “confluência de problemas” – como violência, poluição e infraestrutura deficiente – em conjuntos habitacionais de interesse social na periferia de Belo Horizonte. Outra menção honrosa foi atribuída à tese que analisa a literatura política de Graciliano Ramos.

Páginas 5 e 8

Conjunto habitacional na região
do Barreiro, em Belo Horizonte

PNPG: entre o DIAGNÓSTICO e a REALIDADE*

Francisco César de Sá Barreto**

O quadro em que se inscreve a sexta edição do Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG 2011-2020) tem como lastro os planos anteriores, os legados históricos, o momento atual do país, os desafios que despontam e os grandes gargalos que nos ameaçam. Vivemos em um país que cultua o *jeitinho* e descrê de planos e ações concertadas. Trata-se, sem dúvida, de um caldo de cultura que não favorece iniciativas como as ensejadas por eles e de um país de mercados e de predadores, não exatamente de inovadores e provedores.

Com esses obstáculos, a Capes e seus planos abriram caminho e protagonizaram mudança profunda na educação brasileira, ao criar o Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG). E o que é importante: num espaço de 50 anos e numa instituição como a universidade, que está habituada a medir suas ações e seus resultados com parâmetros mais dilatados, lastreados na cultura, nos laboratórios e no *ethos*.

Muitas propostas dão continuidade ao quinto plano e continuam válidas, como o combate às assimetrias, a ênfase na inclusão social e a busca da internacionalização. Não faltaram inflexões importantes na avaliação e nas ações estratégicas, baseadas na proposta de criação de uma agenda nacional de pesquisas, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs).

O fracasso e a meia-vitória, e não apenas o êxito, estão inscritos no horizonte da ação e dos planos, e todo cuidado será pouco. Assim, junto com a esperança e o otimismo, não escondemos nossos temores e reservas, visto que reconhecemos que o país está mal preparado, poderá fechar a janela da oportunidade e, mais uma vez, perder o bonde da história. Não por causa dos planos ou por falta deles – que aqui não estão em jogo –, mas devido à incúria política dos governantes e de nossos legados históricos, que são pesados e incontornáveis e tendem a trancar toda perspectiva que se abre.

Se faz bem para a nossa autoestima a ideia de que Deus nos abençoou e a natureza nos brindou com recursos naturais invejáveis, sabemos, em contrapartida, que somos pouco operosos e um passado colonial e pós-colonial por demais cruel deixou o nosso povo despreparado. O resultado é conhecido e avassalador: os déficits em recursos humanos, os gargalos imensos no sistema de ensino e os *gaps* culturais profundos do brasileiro médio, tanto das elites quanto do povo, agravados pela corrupção endêmica, nunca punida no meio político, que solapa a confiança nas instituições e condena o futuro da nação.

À vista disso, o Plano definiu as seguintes diretrizes a serem implementadas por ações específicas, induzidas pelos governos e comunidade:

- estímulo à formação de redes de pesquisa e pós-graduação, na fronteira do conhecimento, com vistas à descoberta do 'novo' e do inédito;

- ênfase nas questões ambientais, em busca do desenvolvimento sustentável e o uso de tecnologias limpas;
- garantia do apoio ao crescimento inercial do SNPG;
- atenção às atuais gerações de crianças e jovens, particularmente nas áreas de saúde e educação, por meio de ações que favoreçam o ensino básico e superior com a participação da pós-graduação.

Uma das urgências é vencer o grave déficit de cultura de inovação que atinge o empresariado nacional e a universidade brasileira, resultando em nossa dificuldade secular de transformar ciência em tecnologia, cujo sinal mais evidente é a indigência em patentes.

No Brasil, há aulas demais e pesquisas de menos. Na pesquisa, o *taylorismo* campeia, o que levou a quantidade a triunfar sobre a qualidade. Prevalece o ensino da imitação, e a pesquisa está estacionada no eixo da incrementação, de modo que todo o esforço a ser feito deverá justamente passar para o espaço de três dimensões, fazendo aparecer a coordenada da criação, para deixarmos de ser um país meramente consumidor e difusor de C&T e passarmos a ser produtor e criador. Apesar do crescimento expressivo em número de publicações, o impacto da produção científica brasileira, nos últimos 35 anos, está em torno de 0,6, abaixo da média mundial de 1,0.

Passados quase seis anos, ainda à espera de melhores resultados, nossa convicção é de que o PNPG fez o diagnóstico certo e propôs as medidas adequadas; porém, quem fez o Plano não tem o poder de executá-lo. O sucesso ou o fracasso do sexto PNPG dependerá de sua capacidade de atrair ou não a comunidade acadêmica e a sociedade civil organizada. Fincado num ambiente mais favorável, o Plano, com a nossa ajuda, descerá das prateleiras, servirá de guia para as ações e poderá converter-se em realidade, tendo ainda quatro anos pela frente ou oito para se adequar ao Plano Nacional de Educação (PNE).

Em 3 de dezembro do ano passado, o parecer CFE 977/1965, conhecido como Parecer Sucupira, que conceitua e normatiza os cursos de pós-graduação no Brasil, completou 50 anos. Na mesma época, escreveu o poeta Thiago de Mello, em seu *Os estatutos do homem*: “Fica decretado que os homens estão livres do jugo da mentira. Nunca mais será preciso usar a couraça do silêncio nem a armadura de palavras. O homem se sentará à mesa com seu olhar limpo porque a verdade passará a ser servida antes da sobremesa.”

Até lá, ainda nos faltam razões para comemorar.

* Artigo baseado em depoimento concedido durante o seminário *Cinquenta anos da pós-graduação no país: impactos, resultados e desafios*, em 10/12/2014, e em excertos do artigo *O PNPG 2011-2020: Os desafios do país e o Sistema Nacional de Pós-Graduação*, escrito em parceria com o professor Ivan Domingues, publicado no periódico *Educação em Revista*, de setembro de 2012

**Presidente da Comissão Nacional de Elaboração do PNPG 2011-2020. Professor emérito do Departamento de Física do ICEx. Foi reitor da UFMG na gestão 1998-2002

Esta página é reservada a manifestações da comunidade universitária, por meio de artigos ou cartas. Para ser publicado, o texto deverá versar sobre assunto que envolva a Universidade e a comunidade, mas de enfoque não particularizado. Deverá ter de 5.000 a 5.500 caracteres (com espaços) e indicar o nome completo do autor, telefone ou correio eletrônico de contato. A publicação de réplicas ou trélicas ficará a critério da redação. São de responsabilidade exclusiva de seus autores as opiniões expressas nos textos. Na falta destes, o BOLETIM encomenda textos ou reproduz artigos que possam estimular o debate sobre a universidade e a educação brasileira.

Em PERSPECTIVA

UFMG apresenta, em mesa-redonda, resultados parciais da avaliação de seus cursos a distância

Da redação*

Nesta quarta-feira, 6, o Centro de Apoio à Educação a Distância (Caed) da UFMG promove a mesa-redonda *Avaliação da EaD na UFMG*. O evento, organizado em parceria com a Diretoria de Avaliação Institucional (DAI) e a Diretoria de Inovação e Metodologias de Ensino (GIZ), analisará os resultados, o cenário atual e as perspectivas para o ensino a distância na Universidade.

De acordo com Wagner Corradi, diretor de EaD da UFMG, o debate será o momento de discutir o balanço parcial do projeto Avaliação Global da EaD na UFMG, desenvolvido pelo Caed em conjunto com a DAI. Iniciada em 2015, a iniciativa visa avaliar os cursos a distância da Universidade, sob vários aspectos: desempenho dos alunos, qualificação do corpo docente e infraestrutura física dos 33 polos de apoio em que a Universidade está presente e, em especial, o impacto social gerado pelas formações ofertadas nas localidades.

O processo foi organizado em duas etapas. A primeira, com abordagem quantitativa, analisou dados estatísticos disponibilizados pela Pró-reitoria de Graduação (Prograd) referentes aos cursos de graduação, desde suas primeiras ofertas, em 2008, até 2014, e aqueles – coletados pelo próprio Caed – sobre os cursos de especialização, aperfeiçoamento e atualização. A segunda, ainda em desenvolvimento, vai colher as opiniões de alunos, professores, tutores e equipes administrativas dos polos de apoio, por meio de questionários que deverão ser disponibilizados neste mês. Todo o procedimento deverá ser concluído em dezembro, e as propostas surgidas durante a mesa-redonda e sugeridas pelos participantes da pesquisa integrarão o Relatório de Autoavaliação Institucional da Comissão de Avaliação Própria (CPA).

Os resultados parciais fornecem conclusões importantes, tanto de caráter prático, como a necessidade de haver colegiados específicos para as graduações a distância, devido às suas particularidades, quanto relacionadas às tendências para a modalidade. Entre os movimentos observados estão o aumento da procura pelos recursos tecnológicos típicos da EaD e o crescimento de iniciativas esparsas da modalidade na UFMG.



Wagner Corradi, diretor do Caed: demanda crescente

“Constatamos que há cada vez mais demanda pela tecnologia da educação a distância na Universidade e pelas ações desenvolvidas por vários cursos, mas sem o preparo que o Caed pode oferecer, por isso pretendemos ser referência em EaD”, explica Corradi. Para isso, o Centro tem promovido ações de capacitação para os docentes da Casa, incluindo workshops sobre os serviços que oferece e o Laboratório para Criação de Materiais Didáticos para EaD, curso que foi reformulado para ser mais objetivo e mais breve, agora com duração de um mês e ainda ministrado integralmente a distância. Também está entre os objetivos do Caed e do GIZ estimular os professores para que façam uso da possibilidade de ministrar até 20% dos cursos na modalidade semipresencial, prevista pela Portaria 4.059/2004 do MEC.

Resultados obtidos pelo programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), do MEC, e uma nova proposta de cursos a distância para a UFMG serão apresentados no evento pela professora Suzana dos Santos Gomes, do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Faculdade de Educação. “A UAB teve enorme impacto positivo, contri-

buindo para que muitos alunos tivessem oportunidade de acesso a ensino superior de qualidade e gratuito, mas devido às incertezas com relação aos recursos do programa, temos que pensar alternativas para mantê-la”, diz a professora.

Integração

O diretor de Inovação e Metodologias de Ensino, professor Eucídio Pimenta Arruda, destaca que o atual Reitorado tem adotado uma política que vislumbra a integração das modalidades de educação – presencial e a distância. “A grande questão não é discutir distinção, mas integração. O caminho desenhado no âmbito mundial sugere a diminuição do foco na presença física, já que o aluno tem outros espaços de aprendizagem tão importantes quanto a sala de aula. Além disso, dados nacionais têm mostrado que a qualidade do ensino é a mesma em ambas as modalidades”, pondera.

Para o diretor do GIZ, a realização desse evento tem o papel de oferecer visibilidade à EaD que, embora venha sendo adotada pela UFMG há mais de 13 anos, ainda é pouco conhecida. De acordo com a diretora de Avaliação Institucional, professora Cristina Alvim, atualmente a UFMG oferta 30 cursos a distância – cinco de graduação, seis de especialização, 12 de aperfeiçoamento e sete de atualização. O impulso da EaD nas últimas décadas, segundo a professora, deve-se a fatores como o avanço dos recursos tecnológicos de informação e comunicação e arcabouço legal que propiciou abertura e incentivo para a modalidade, atendendo à necessidade de expansão do ensino superior, “tanto do ponto de vista dos direitos constitucionais quanto pelo desequilíbrio causado pela concentração da oferta de formação superior nas grandes metrópoles”.

Segundo Cristina Alvim, as propostas que emergirem do debate serão incorporadas ao Relatório de Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFMG.

(Com informações da Assessoria de Comunicação do Caed)

Interface protetora em **EVIDÊNCIA**

Em evento no ICB, pesquisadores vão compartilhar avanços e lançar rede latino-americana de pesquisa na área de imunologia das mucosas

Hugo Rafael

O crescimento científico na área da imunologia de mucosas e a inserção das pesquisas desenvolvidas no Brasil e em outros países da América Latina serão discutidos em evento que ocorre na quinta, 7, e na sexta, 8, no auditório da Reitoria, campus Pampulha, em Belo Horizonte. A segunda edição do Workshop de Imunologia das Mucosas (2nd Workshop on Mucosal Immunology), que reunirá pesquisadores da América Latina, do Reino Unido e dos Estados Unidos, vai evidenciar a amplitude dos temas que compõem a área. As palestras, ministradas em inglês, são abertas ao público.

A professora Ana Maria Caetano de Faria, do Departamento de Bioquímica e Imunologia do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), explica que a área permaneceu à margem, por muito tempo, no campo da imunologia, responsável por explicar o conjunto dos mecanismos de defesa do organismo contra agentes infecciosos. Desde 2000, a pesquisa em imunologia de mucosas tem registrado avanços significativos, destaca a pesquisadora, que desenvolve trabalhos nessa área há mais de 20 anos.

“Esse crescimento é resultado de várias descobertas surpreendentes nos últimos anos sobre o papel da microbiota – bactérias existentes no corpo humano – e dos componentes da dieta na saúde das pessoas e na homeostase [equilíbrio biológico] do corpo humano e da mucosa intestinal”, justifica a professora, que integra o comitê organizador do evento, formado também pelos professores Fernando Chirido e Guillermo Docena, da Universidade de La Plata (Argentina).

O avanço das pesquisas na área, segundo Ana Faria, também evidenciou a influência dessa microbiota, composta de aproximadamente 100 trilhões de bactérias, no organismo humano e em doenças intestinais inflamatórias, crônicas degenerativas e autoimunes, além de diabetes e alergias. “Temos mais bactérias no corpo que células eucariotas, e nosso organismo mantém convivência muito pacífica com elas, que são responsáveis, inclusive, por metabolizar algumas vitaminas que não conseguimos”, explica.

Ana Faria destaca que esse progresso foi possibilitado pelo surgimento de novas tecnologias que influenciaram o avanço das metodologias de isolamento, identificação e caracterização dessas bactérias. “Esses avan-

ços ajudaram a demonstrar a função dessas bactérias e a simbiose delas com o corpo, ou seja, a forma como interagem em equilíbrio com o organismo humano. Isso resultou numa grande quantidade de trabalhos, demonstrando a influência da microbiota na saúde”, contextualiza.

Segundo a professora, o avanço dos estudos e pesquisas também contempla análises sobre o desequilíbrio da microbiota e dos efeitos da nutrição no sistema imune. “Essa disbiose ocorre o tempo todo, causada, por exemplo, pelo uso de antibióticos, que, ao combater bactérias causadoras de infecções, eliminam também algumas que são benéficas ao corpo. Após o uso de um antibiótico, há uma mudança significativa da microbiota intestinal. Essa alteração também pode ser causada pela alimentação: quem consome alimentos industrializados, por exemplo, tem uma microbiota totalmente diferente da de quem consome alimentos naturais”, enfatiza Ana Faria.

Os trabalhos desenvolvidos no Brasil, em especial na UFMG, ocupam lugar de destaque na América Latina. No Laboratório de Imunobiologia do ICB, coordenado por

Ana Faria, têm sido desenvolvidas pesquisas que avaliam o potencial de medicamentos desenvolvidos com probióticos, micro-organismos vivos pertencentes à mucosa intestinal que podem gerar benefícios ao organismo humano.

Rede latino-americana

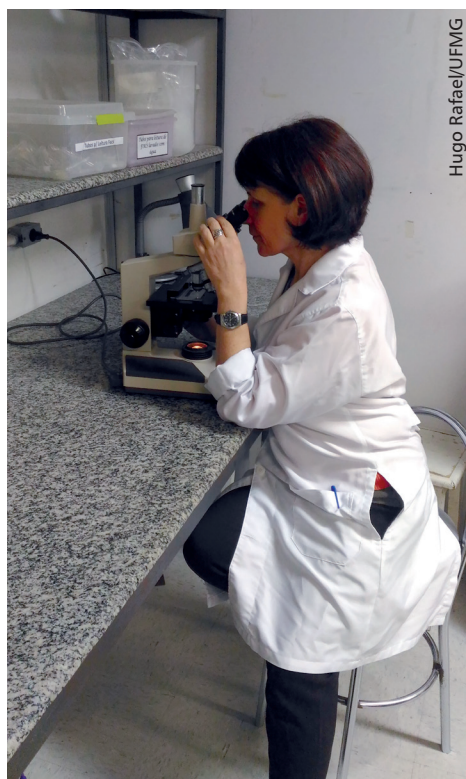
No sábado, 9, será realizada a primeira reunião, exclusiva para convidados, do Latin-American Group of Mucosal Immunology (Lamig), cujo objetivo é estruturar a rede latino-americana, aumentando a inserção das pesquisas desenvolvidas na América Latina no cenário internacional. De acordo com Ana Faria, a ideia de criar essa rede existe desde 2005 e surgiu em um dos congressos da Associação Latino-americana de Imunologia (Alai), que ocorre de dois em dois anos.

“A Sociedade Internacional de Imunologia de Mucosas (SMI) apoiou a proposta de criar um grupo latino-americano, dada a pouca representação da América Latina na entidade, na qual ainda prevalece a presença de pesquisadores europeus. Acreditamos que podemos estabelecer importantes cooperações. Além de trabalharmos com metabolismo, dieta e microbiota, desenvolvemos pesquisas avançadas sobre infecções intestinais”, informa.

Programação

Os dois primeiros dias serão ocupados pela apresentação dos trabalhos de 17 pesquisadores do Brasil e de outros sete países latino-americanos. A programação inclui quatro grandes simpósios sobre alergia e inflamação, resposta imune e inflamação em locais de mucosa, regulação e tolerância, vacinas e imunologia. A programação pode ser consultada no site <http://mucosal.blogspot.com.br>.

O evento conta com apoio da Sociedade Internacional de Imunologia de Mucosas (SMI), que estará representada pelos pesquisadores Kevin Maloy (Oxford University, Reino Unido) e Daniel Mucida (Rockefeller University, EUA). A Sociedade Brasileira de Imunologia (SBI), a Fapemig e a Pró-reitoria de Extensão também patrocinam a atividade. Outros parceiros são Nutricium, Biox, Sanbio, Parisi e Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região – Minas Gerais.



Ana Caetano Faria: influência da microbiota

Nas **BORDAS** da **CIDADE**

Tese premiada encontra 'confluência de problemas' nas chamadas habitações de interesse social na periferia de BH

Itamar Rigueira Jr.

Onde fica o fim da cidade? Nas bordas, próximo aos limites com os municípios vizinhos. Lá onde “a cidade acaba”, como dizem os moradores da periferia. É também o “fim da linha”, o ponto final do ônibus que vem do Centro. E mais que isso: é lugar de produção e reprodução da força de trabalho, aonde as pessoas chegam à noite para desabar de cansaço e sair pouco depois, muitas vezes antes de amanhecer. Enfim, é onde a cidade não cumpre sua finalidade de propiciar convivência. Onde ela não é lugar de destinos compartilhados, da experiência política e civilizatória da *polis* grega e da *urbe* romana, na visão do professor André Luiz Prado, da Escola de Arquitetura.

A expressão “fim da cidade” está no título do trabalho de doutorado de Prado, que mereceu menção honrosa no Grande Prêmio UFMG de Teses de 2015, entregue recentemente, e que já havia recebido reconhecimento similar da Capes. André Luiz Prado mergulhou na realidade dos conjuntos habitacionais localizados nos limites de Belo Horizonte. Uma de suas motivações foi o Programa Minha Casa Minha Vida, que reeditou forte movimento de construção de habitações de interesse social nos anos 1960 e 70.

“Investiguei conjuntos privados e públicos, antigos e recentes. Hoje é pior, porque tudo está na mão da iniciativa privada. Há 40 anos, havia maior controle dos governos locais. Em comum, esses conjuntos estão localizados em áreas menos densas, com infraestrutura urbana rarefeita, precária”, afirma André Prado.

O pesquisador destaca que os prédios têm a população de pequenas cidades, e sua degradação parece inexorável alguns anos depois de prontos e ocupados. “O cenário é de deterioração socioambiental – o oposto do que foi planejado. São guetos, que apresentam confluência de problemas como violência e poluição. E os problemas não são circunstanciais, que dependem de localização ou idade dos prédios. São estruturais”, enfatiza.

Injustiça socioespacial

A abordagem teórica de André Luiz Prado é apoiada em três eixos. Os conceitos da Escola de Frankfurt ajudaram a pensar a produção habitacional com base em uma visão crítica da sociedade e do capitalismo. Outra ideia fundamental é a de injustiça socioespacial, discutida por autores como Edward Soja e Henry Lefebvre, segundo a qual estão reservadas aos pobres as piores condições de infraestrutura urbana. O último eixo está no que o autor denomina de “efeitos mútuos”. De acordo com Prado, há uma relação dialética entre população e ambiente. “Como geralmente os conjuntos estão próximos de áreas de preservação e áreas não urbanizadas em geral, há efeitos negativos recíprocos, como ação de ladrões seguida de fuga para a mata e incêndios na vegetação que geram males respiratórios para os moradores.”

A pesquisa de campo durou um ano e levou o pesquisador a nove conjuntos habitacionais de Belo Horizonte: ao sul, na região do Barreiro, na borda leste (saída para Sabará), nos limites com Santa Luzia e Ribeirão das Neves, ao norte, e na região do Eldorado, próximo à saída para Contagem. Com a ajuda de agentes comunitários municipais e da Arquidiocese de Belo Horizonte, André Prado organizou assembleias, conversou com membros de associações de moradores e líderes informais. Os conjuntos pesquisados têm, em sua maioria, entre dois e três mil moradores.



Acervo André Prado

Conjunto Granja de Freitas II, na Zona Leste, quase na divisa com Sabará

“Fiz uma triangulação reunindo dados da prefeitura, que são fartos, as entrevistas e minhas visitas técnicas. Estava mais interessado nas contradições que nas informações convergentes”, explica o pesquisador, acrescentando que, sobre a questão da violência, a percepção dos moradores era sempre mais reveladora. “Mais que estatísticas, eu queria conhecer o risco de violência e o impacto disso na vida das pessoas.”

Laços sociais quebrados

André Luiz Prado comenta que o modelo de construção de grandes conjuntos verticais nas bordas urbanas interessa aos agentes financeiros – a terra é mais barata, e é possível construir grande número de unidades – e às construtoras, que otimizam processos construtivos. No entanto, é ruim para a cidade e para as pessoas. “Programas como o Minha Casa Minha Vida estão associados à ideia de habitação social, mas têm beneficiado mais as classes médias. Eles cumprem o papel de aquecer a economia, mas levam famílias para longe de suas origens, quebrando laços sociais”, afirma o autor, que terá a tese publicada pela Editora UFMG.

Mais adequado, segundo Prado, seria um esforço de reassentar nas próprias vilas, reocupar áreas centrais ociosas e até promover mistura do interesse social com o ambiental, povoando com moderação áreas de natureza sob risco de degradação. “Mas isso tem que ser induzido pelo Estado, porque a iniciativa privada tende a construir com foco no mercado imobiliário”, alerta o pesquisador. Ele ressalta ainda que os conjuntos habitacionais periféricos reforçam a tendência de valorização da dimensão privada, em detrimento do coletivo. “O aluguel social é solução melhor que a concessão de propriedade”, conclui.

Tese: *Ao fim da cidade: conjuntos habitacionais nas bordas urbanas*

Autor: André Luiz Prado

Orientadora: Silke Kapp

Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

REVISÃO no cardápio

Conselho Universitário aprova reajuste do bandejão, mantém preços dos níveis I a III e determina revisão de critérios do nível IV

Da redação

O valor de referência para os restaurantes universitários da UFMG em Belo Horizonte e em Montes Claros será reajustado de R\$ 4,15 para R\$ 5,60, conforme decisão do Conselho Universitário do último dia 28. Com base em relatório da Comissão Especial criada para discutir a questão e acompanhando análise do Conselho de Assuntos Estudantis (CAE) da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Prae), o Conselho Universitário determinou que não haverá reajuste para os alunos que recebem assistência estudantil, classificados nos níveis I a III.

A gratuidade continua assegurada aos classificados no nível I. Para os níveis II e III fica mantido o preço de R\$ 1, praticado desde 2012. Os estudantes que se enquadram nesses três níveis ainda têm acesso gratuito ao café da manhã.

O Conselho Universitário também referendou a sugestão do Conselho de Assuntos Estudantis (CAE) de rever os critérios para classificação socioeconômica de estudantes no nível IV, convocando, para reavaliação, os 7.842 estudantes nele inseridos. O processo incluirá comprovação obrigatória de renda familiar, não exigida até o momento. De acordo com relatório do CAE, elaborado com base nos dados coletados pela Fundação Universitária Mendes Pimentel (Fump), observou-se “haver distorções nos atuais critérios de classificação nesse nível, que precisam ser corrigidas para que não se comprometa a política de assistência a estudantes economicamente vulneráveis”.

Assim, o nível IV será desdobrado em dois subníveis, para que os valores das refeições possam atender especialmente aos

estudantes em vulnerabilidade. Estudantes com renda familiar de zero a um salário mínimo *per capita* terão redução no valor da refeição para R\$ 2 (atualmente pagam R\$ 2,90). São atualmente 2.057 estudantes, que correspondem a 26,23% do total de estudantes nível IV. Estudantes com renda familiar de um a três salários mínimos *per capita* continuarão desembolsando R\$ 2,90 por refeição. Enquadram-se nesse caso 4.698 pessoas, o que corresponde a 59,9% do total de estudantes nível IV.

Os alunos com renda familiar acima de três salários mínimos *per capita* passam a pertencer à categoria de estudantes não classificados e pagarão R\$ 5,60 por refeição. De acordo com o relatório que subsidiou a decisão do Conselho Universitário, estudantes nessa condição não apresentam situação de vulnerabilidade que configure direito à assistência pela UFMG. Dados da Fump demonstram que há 1.087 estudantes nessa situação, 13,86 % do total de estudantes nível IV.

Demais estudantes da UFMG passam a pagar R\$ 5,60 por refeição; servidores técnico-administrativos e profissionais das fundações, R\$ 6; pessoal das obras e docentes, R\$ 8,50. Visitantes pagarão R\$ 11,50 por refeição.

Segundo a Fump, que gerencia os restaurantes, do total de 1,8 milhão de refeições servidas em 2015, mais de um milhão atenderam a estudantes classificados nos níveis de I a IV de condição socioeconômica. Os novos valores começam a vigorar no início do segundo semestre.

Moradias

O Conselho Universitário manteve a isenção de taxas nas Moradias Universitárias para estudantes classificados no nível I e reduziu as taxas para os níveis II e III. Os alunos classificados no nível II, que pagavam R\$ 66,42 mensais, passam a pagar R\$ 50. Para os de nível III, a taxa cairá de R\$ 106,28 para R\$ 75. Demais estudantes da UFMG não assistidos passam a pagar R\$ 299,94; diaristas, R\$ 449,91; e diaristas do Convênio DRI, R\$ 517.

Assistência estudantil

O acesso aos programas de assistência estudantil da UFMG se dá por meio de análise socioeconômica dos estudantes. Além de preencher questionário, elaborado por técnicos que trabalham na Fump, o estudante deve apresentar a documentação comprobatória das informações fornecidas. Se ainda assim houver qualquer dúvida em relação aos dados informados, o estudante é chamado para entrevista com assistente social. Em alguns casos, também é realizada visita domiciliar ou são solicitados documentos complementares.

Os programas de assistência estudantil são mantidos, principalmente, com recursos do Plano de Assistência Estudantil (Pnaes), do Ministério da Educação (MEC). O Ministério repassou à UFMG R\$ 29 milhões, em 2014, e R\$ 35,8 milhões, em 2015.

Além do Pnaes, o Ministério da Educação (MEC) tem outros programas com impacto na assistência estudantil. Um deles é o Programa de Bolsa Permanência, que tem a finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Estudantes do curso de graduação em Medicina, indígenas e quilombolas da UFMG que atenderem aos critérios para obtenção da bolsa podem concorrer ao benefício. Há também o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes), cujos recursos são destinados a estudantes de graduação intercambistas estrangeiros.

A UFMG tem, ainda, programas próprios que financiam a assistência a estudantes com esse perfil e que não dependem de repasse exclusivo do MEC. Os recursos são convertidos em bolsas com duração de 10 e 12 meses. São três frentes de atuação: apoio a alunos dos cursos noturnos (bolsas de 12 meses), assistência estudantil focalizada na formação profissional especializada em laboratório (bolsas de 10 meses) e ações afirmativas (bolsas de 10 meses).

[Matéria publicada no Portal UFMG, seção Notícias da UFMG, em 29/06/2016]



RUs da UFMG serviram 1,8 milhão de refeições em 2015



Acontece

CIÊNCIA DE ALIMENTOS

As linhas de pesquisa Qualidade de alimentos, Química e bioquímica de alimentos e Nutrição, alimentação e saúde, do doutorado em Ciência de Alimentos, da Faculdade de Farmácia, recebem inscrições em regime de fluxo contínuo até 31 de outubro, ou até se encerrarem as 14 vagas, para ingresso em 2016.

As inscrições devem ser realizadas pessoalmente, na secretaria do PPGCA, que fica na sala 2068, bloco 3 da Faculdade de Farmácia, campus Pampulha. Mais informações estão disponíveis no edital e na página do Programa: www.farmacia.ufmg.br/ppgca/.

APOIO À PÓS

A UFMG vai disponibilizar fundo de R\$ 1 milhão de seus recursos de custeio para atendimento de solicitações emergenciais dos programas de pós-graduação. “Vamos atender, até o fim deste ano, a demandas que serão qualificadas pela Pró-reitoria de Pós-graduação (PRPG)”, afirmou o reitor Jaime Ramírez. O anúncio foi feito no último dia 27, em reunião de trabalho com os coordenadores dos 82 programas de pós-graduação da UFMG.

Os programas podem apresentar à PRPG, até meados de agosto, proposta que mostre a utilização emergencial desses recursos. Uma cota de até R\$ 20 mil por programa pode ser solicitada ainda neste ano, a fim de viabilizar atividades essenciais. A pró-reitora de Pós-graduação, Denise Oliveira, lembrou que vários contingenciamentos feitos na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no ano passado, foram mantidos. Além disso, a forma de concessão de recursos mudou muito, o que repercutiu em programas que receberam volume menor do que nos anos anteriores.

ARS NOVA NA ESPANHA

De 14 a 17 do próximo mês, o Ars Nova – Coral da UFMG participará do 34º Festival Internacional de Música de Cantonigròs, na Espanha. O grupo será o único competidor brasileiro do tradicional evento que reúne coros e grupos de dança de vários países na cidade de Vïc, região da Catalunha.

Ao longo dos quatro dias de competição, o Ars Nova apresentará obras para coro misto e coro feminino. O repertório inclui peças românticas, renascentistas, contemporâneas e folclóricas, de compositores brasileiros e estrangeiros. Serão 16 composições, de modo a atender às diversas categorias em que o grupo concorrerá.

A escolha do repertório também levou em consideração o desejo do Ars Nova de divulgar a música coral brasileira no exterior e de homenagear Carlos Alberto Pinto Coelho Fonseca, regente titular do grupo por 40 anos (1964-2004). Há quatro obras do maestro e compositor no repertório.

A viagem será viabilizada pela mineradora CBMM e pelo Programa Minas Música, da Secretaria de Cultura de Minas Gerais. O projeto tem apoio também do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco (Apubh), da Fundação Christiano Ottoni, da Associação dos Servidores da UFMG (Assufemg) e do banco NossaCoop.

Criado em 1983, o Festival Internacional de Música de Cantonigròs é uma competição mundial para corais mistos, femininos e infantis, além de grupos de dança folclórica. O evento, que já recebeu grupos de mais de 80 países ao longo da sua história, reunirá, em sua 34ª edição, mais de 30 participantes, de 14 países.

MEMÓRIA DO MUNDO

O Comitê para a América Latina e Caribe do Programa Memória do Mundo (Mowlac), da Unesco, tem chamada para proposições de registro aberta até 31 de agosto. O objetivo é avaliar a incorporação, ao Registro Memória do Mundo da América Latina e do Caribe, de conjuntos documentais – de natureza arquivística, bibliográfica ou audiovisual – relevantes para a memória coletiva da sociedade da região. O registro confere visibilidade mundial ao patrimônio avaliado e à instituição na qual ele se encontra.

O Programa Memória do Mundo foi criado em 1992 com o objetivo de preservar e difundir documentos, arquivos e bibliotecas de grande valor. As candidaturas devem ser enviadas em duas cópias nas línguas inglesa e espanhola, no formato de documento, arquivo ou coleção audiovisual. Mais informações sobre a candidatura ao Mowlac 2016 podem ser obtidas pela internet (<https://mowlac.wordpress.com>).

ASSUNTOS ESTUDANTIS

A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Prae) divulgou os projetos selecionados com base em duas chamadas lançadas neste ano. Trinta e cinco propostas aprovadas receberão apoio financeiro e deverão ser executadas ainda em 2016. O investimento total é de R\$ 40 mil. Esse gênero de apoio é inédito na UFMG.

Os projetos – sobretudo eventos como seminários, debates e rodas de conversa – foram elaborados por estudantes, nas modalidades *Ações afirmativas* e *Apoio a projetos acadêmicos*. Foram cadastradas 49 propostas.

“Tivemos resposta muito interessante às chamadas, por isso a Prae vai apoiar mais iniciativas que as 20 inicialmente previstas”, diz o professor Tarcísio Mauro Vago, pró-reitor de Assuntos Estudantis. Os projetos aprovados, vinculados às três grandes áreas do conhecimento, serão realizados nos campi Pampulha, Saúde e Montes Claros. As iniciativas serão apresentadas publicamente durante a Semana do Conhecimento, em outubro.

A POLÍTICA na MEMÓRIA

Tese premiada faz 'leitura arqueológica' de Memórias do cárcere para mostrar como Graciliano Ramos produz literatura política sem maniqueísmos

Itamar Rigueira Jr.

"Memórias do cárcere e outros textos de Graciliano Ramos (1892-1953) apresentam uma espécie de grande assembleia virtual ou um 'jogo de argumentação' – como Jacques Rancière define a política – que sustenta, exemplar e eficientemente, a ideia de *agon*, o conflito de vozes contrárias. Em determinada perspectiva contemporânea, é essa a própria definição de democracia", comenta o pesquisador Willy Carvalho Coelho, ao falar dos resultados de sua pesquisa, que mereceu menção honrosa no Grande Prêmio UFMG de Teses de 2015.

O trabalho, realizado no âmbito do Programa de Estudos Literários, é resultado do que o autor denomina "leitura arqueológica", que se dispõe a "depreender do texto as várias camadas de sentido que ele veicula: tempos narrativos, vozes diversas, performances narrativas específicas e originais, que determinam a qualidade estética ou axiológica do texto".

O professor Wander Melo Miranda, que orientou a pesquisa, ressalta que Willy Coelho promove discussão avançada do ponto de vista teórico, articulando o diálogo de Graciliano com filósofos e teóricos como Jacques Rancière, Michel Foucault e Giorgio Agamben. "Ele aborda a liberdade como questão política pelo viés literário, e não de maneira disciplinar, o que confere validade mais ampla e forte a sua análise. Não há compromisso com categorias políticas e sociais", comenta Miranda. Willy Coelho explica ainda que, em vez de aplicar um conjunto de teorias ao texto, a proposta é alargar o repertório da crítica, extraindo do texto literário todo seu potencial de reflexão sobre a experiência.

De acordo com o pesquisador, o que define uma literatura como política é a forma da obra. Graciliano consegue produzir literatura altamente reflexiva, sem maniqueísmos,

"inventando, diante de nossos olhos, a tal 'assembleia virtual' – em vez de falar pelos oprimidos, ele dá, literalmente, voz a todos". Coelho explica que, em *Memórias do cárcere*, o general, o intelectual e o carregador de sacos são construídos "com a mesma disposição performativa", têm a mesma chance de falar. "Isso acontece também com a própria personagem Graciliano, o que constitui estratégia narrativa ímpar e libertadora para explorar das memórias todo seu potencial de reflexão."

Noção de poder

Willy Coelho conta que, ao iniciar o doutorado, tinha a hipótese, relativamente sustentável, de que a narrativa de Graciliano promove uma reflexão a respeito da noção de poder. Depois de analisar o romance *Angústia*, no mestrado, e de tomar contato com toda a obra do escritor alagoano – incluindo análises importantes –, ele partiu para a escolha das "alianças teóricas", definidas de maneira a um tempo racional e afetiva.

"As principais influências verdadeiramente pragmáticas foram Jacques Rancière e Michel Foucault", diz Coelho. "O primeiro, filósofo ainda vivo que se dedica à investigação do texto literário, me propiciou aprendizagem indireta e absolutamente preciosa a respeito do tema da política, sobretudo do conceito de democracia. Foucault, por sua vez, é uma espécie de maestro quando se trata de lidar honestamente com o tema do poder na contemporaneidade."

A filosofia com a qual Coelho empreende diálogo propõe que a ideia de democracia se sustenta em desentendimento ou dissenso. Isso possibilita, segundo ele, "entender a tese de que a literatura reflete sobre o tema da política por meio de suas imagens ou cenas literárias".



Xilogravura de Percy Deane que ilustra edição de 1989 do livro *Memórias do cárcere*

Ainda de acordo com o pesquisador, a investigação se apoiou também na noção de "subjetivação", que ganha em seu trabalho o aspecto de racionalidade. "Em termos simples, é um modo de refletir sobre como se organiza a natureza própria do pensamento, nas suas formas individual e coletiva", diz Coelho, cuja tese segue a cronologia dos eventos das *Memórias*, interrompida apenas para se discutir a repercussão da noção de poder na também memorialística *Infância* (1945).

Tese: *Incomensurável comum: políticas da escrita em Graciliano Ramos*

Autor: Willy Carvalho Coelho

Orientador: Wander Melo Miranda

Programa de Pós-graduação em Estudos Literários